

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Departamento de Economia



Monografia de final de curso

**Brasil, o gigante econômico de escudo  
levantado; a opção brasileira pelo protecionismo.**

Alexei Fernandes Ferreira Araujo

Matricula: 1113204

Orientador: Roberto Simonard

Dezembro de 2015

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Departamento de Economia



Monografia de final de curso

**Brasil, o gigante econômico de escudo  
levantado; a opção brasileira pelo protecionismo.**

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

---

Alexei Fernandes Ferreira Araújo

Matricula: 1113204

---

Orientador: Roberto Simonard

Dezembro de 2015

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

## **Agradecimentos**

Nesse presente trabalho, que simboliza a conclusão do curso, não posso deixar de lembrar daqueles que sempre me apoiaram e tiveram fé nesse sonho, minha família, meu pai, Luiz Claudio, minha mãe, Vania, meus irmãos, Andrei e Alexander, além de meus avós, Vera e Orlando.

Também quero lembrar de duas pessoas que me apoiaram imensamente e foram muito importantes no começo dessa minha jornada, mas que tiveram que seguir seus caminhos, conforme dita o destino de cada um, minha bisavó Pedrina e minha avó Marilu, que mesmo não fisicamente, estarão comigo em pensamento e sentimento.

Por último agradeço a meu orientador, Roberto, que aceitou orientar essa monografia com todo o prazer e paciência, seus conselhos e feedbacks foram essenciais para o desenvolvimento da mesma.

## Sumário:

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. Tema e caso em questão .....</b>                           | <b>8</b>  |
| 1.1. Introdução .....  | 8         |
| 1.2. Motivação .....   | 9         |
| 1.3. Resultados Pretendidos .....                                | 10        |
| <b>2. Revisão bibliográfica .....</b>                            | <b>12</b> |
| 2.1 Liberalismo X Protecionismo.....                             | 12        |
| 2.2. Trabalhos Acadêmicos .....                                  | 14        |
| <b>3. Coleta de dados e metodologia .....</b>                    | <b>16</b> |
| 3.1. Definição da fonte de dados .....                           | 16        |
| 3.2. Metodologia .....   | 16        |
| <b>4. Casos extremos, Chile e Albânia .....</b>                  | <b>18</b> |
| 4.1. A política Isolacionista da Albânia.....                    | 18        |
| 4.2. O excesso de liberalismo do Chile.....                      | 19        |
| <b>5. A Coréia do Sul e sua política desenvolvimentista.....</b> | <b>23</b> |
| 5.1. Contexto Histórico.....                                     | 23        |
| 5.2. Os planos quinquenais.....                                  | 24        |
| 5.3. Uma evolução que segue o modelo proposto por List.....      | 25        |
| 5.4. Um exemplo a se seguir.....                                 | 27        |
| <b>6. Caso Brasileiro.....</b>                                   | <b>31</b> |
| 6.1. O bem primário de exportação brasileiro.....                | 31        |
| 6.2. A busca pelo desenvolvimentismo, período 1930-1985.....     | 34        |
| 6.3. O Neoliberalismo da década de 90.....                       | 39        |
| 6.4. Uma crise de produtividade.....                             | 42        |
| <b>7. Conclusão .....</b>  | <b>46</b> |
| <b>8. Referências Bibliográficas .....</b>                       | <b>47</b> |

## Lista de Gráficos

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 - Taxa do crescimento do PIB, em % ao ano.....                         | 21 |
| Gráfico 2 - Taxas de inflação por período, Brasil e Coréia do Sul. (1965-1984).. | 38 |
| Gráfico 3 - Evolução da produtividade setorial (Brasil, 1950-2005) .....         | 41 |
| Gráfico 4: Evolução da produtividade, Brasil-Coréia.....                         | 43 |

## Lista de Tabelas

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Contribuição dos fatores Tecnológicos no crescimento Coreana .....  | 27 |
| Tabela 2 - Desempenho econômico, Brasil e Coréia do Sul .....  | 29 |
| Tabela 3 - Desempenho Econômico, Brasil e Coréia do Sul, continuação .....   | 30 |
| Tabela 4 - Principais produtos de exportação, 1821-1950.....   | 31 |
| Tabela 5 - Demanda de café no mundo, oferta de café brasileiro, e participação no comércio mundial (1900-1950) ..... | 33 |
| Tabela 6 - Resumo da legislação cambial básica .....   | 34 |
| Tabela 7 - Investimentos estrangeiros líquidos no país: 1947-1964.....   | 37 |

# 1. Tema e caso em questão

## 1.1 Introdução

Quem entra em lojas americanas e europeias veem produtos fabricados em todas as partes do mundo, na realidade, excluindo determinados produtos específicos, pouquíssimos produtos são fabricados nacionalmente. Isso se explica pela globalização do processo de produção, onde uma empresa de determinada nacionalidade escolhe produzir em outros países por melhores vantagens comparativas. Mas, com alguma surpresa, notamos uma ausência total de produtos *Made in Brazil*. Esse fato também se constata de maneira inversa quando se entra em qualquer mercado brasileiro, o que se vê é o domínio completo de produtos nacionais, e os pouco importados, são caros e poucos acessíveis.

Quem vê esse grande país latino americano, dominante na sua região e grande produtor de matéria prima, se surpreende ao constatar que o Brasil é um dos países mais fechados do mundo. Segundo dados do Banco Mundial, dos 178 países pesquisados, o país teve o menor Índice da corrente de comercio (ICC) entre os anos de 2009 e 2013. Fato que se agrava muito quando notamos que o Brasil ainda é um país de “classe média”, onde os setores industriais e agrícolas correspondem a grande parte da geração de renda da população.

O estudo aqui proposto é mostrar que o país nunca conseguiu superar completamente o processo de substituições das importações e que indústrias sobrevivem até hoje por meio de incentivos do governo. E que a abertura gradativa do mercado promovida na década de 90 aconteceu de forma incompleta, enquanto a conquista do mercado mundial nunca se realizou. Quais as razões desse retrocesso? Esse seria um modelo sustentável no longo prazo? Fazendo uma comparação com dois países que tinham características semelhantes ao Brasil na década de 80, China e Coreia do Sul, mas que escolheram caminhos diferentes em relação as suas políticas comerciais, e analisar semelhanças e diferenças, não só em referência a seus dados de comercio internacional, mas também em relação à produtividade de seus trabalhadores e níveis de renda da população em pleno mundo globalizado.

## 1.2 Motivação

Em 2007, ao discursar na cidade suíça de Davos, no Fórum econômico mundial, o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva cobrou dos países desenvolvidos a retomada do diálogo paralisado há seis meses, o presidente estava se referindo às negociações referentes à “rodada de Doha”, uma série de reuniões organizadas pela Organização mundial do comércio (OMC) que tem por objetivo a diminuição das barreiras comerciais em todo o mundo. De um lado, estão países exportadores de matéria prima, o Brasil como um deles, do outro, países desenvolvidos, exportadores de produtos industrializados. Os primeiros querem uma diminuição dos subsídios que os países desenvolvidos dão aos seus produtores, enquanto o segundo grupo quer uma abertura maior aos seus produtos industrializados nos mercados dos emergentes. Como se deve imaginar nenhum lado quer ceder, e desde o começo das conversas, em 2001, somente em 2013 houve algum acordo fechado, esse bem menos ambicioso que o imaginado há 12 anos, mas mesmo assim histórico.

É curioso destacar que o mesmo presidente, que cobra e se impõe a favor de melhores relações no comércio internacional, pratica em seu país uma postura isolacionista das mais fortes no mundo. Vale ainda ressaltar que essa política não é nada nova no Brasil, desde a Era Vargas (1930-1945), com os incentivos a uma indústria nacional nascente, o país adota uma postura de total favorecimento aos produtos fabricados internamente. No começo, essa política teve bons resultados e foi necessária para que o país não tivesse uma forte dependência externa, porém, conforme o tempo passou e a globalização se expandiu se constatou um total atraso tecnológico. O que não é nenhuma surpresa, se uma indústria não tem concorrentes, não tem porque se investir no desenvolvimento do seu produto e em melhores relação de produtividade, e foi exatamente isso que se viu em âmbito nacional.

Somente no governo Collor (1990-1992) se praticou uma maior abertura comercial, o próprio presidente se engajou para isso, e pela primeira vez o brasileiro pode se familiarizar com alguns produtos indispensáveis hoje em dia, como computadores e celulares. A verdade é que este governo foi ajudado por uma série de medidas aprovadas na constituição de 1988 que desatavam os nós que tornavam a

economia brasileira altamente ineficiente. O governo Itamar (1992-1994) não impediu o processo de abertura comercial, que foi concluída no governo FHC (1994-2002) com as privatizações. Porém, devido a uma série de crises nacionais e internacionais sucessivas, parte do processo de abertura econômica foi desfeita já no começo dos anos 2000.

O que se parece não perceber é que o protecionismo usado como política pode ter um custo muito alto para a economia, ou até mesmo apresentar resultados contrários aos pretendidos, uma política que tem como objetivo garantir empregos em um setor, por exemplo, pode causar demissões em muitos outros. O investidor de longo prazo foge de situações assim, fazendo com que só capital especulativo entre no país, que é o tipo de capital que não está interessado em investir no setor produtivo, e sim se aproveitar da diferença das taxas de juros para ganhar dinheiro fácil e sair do país. O que se faz realmente pensar sobre a efetividade desse tipo de ação num país como o Brasil, exportador por natureza, mas que inexplicavelmente não está aberto para o mundo.

A monografia a ser desenvolvida busca uma explicação para a adoção e manutenção dessa política, suas consequências diretas na economia e como isso afeta o comportamento do brasileiro. Portanto, esse estudo tem como objetivo complementar os trabalhos existentes, em um sentido que fornece uma visão mais ampla sobre um assunto sempre muito comentado, mas que é sempre visto sempre como problema de “segundo plano”.

### **1.3 Resultados Pretendidos**

Esse estudo não busca, de forma alguma, julgar se determinada política é estritamente boa ou ruim, sabe-se que o protecionismo tem aspectos negativos óbvios e o principal deles talvez seja a ineficiência da produção, mas também tem aspectos positivos, sem proteção seria praticamente impossível o surgimento e desenvolvimento de uma indústria nacional, além de que, essas indústrias, mesmo ineficientes, garantem o emprego de milhões de pessoas, de forma direta ou indiretamente. Todos os países são protecionistas em algum grau, sendo uma escolha

do país e por consequência do seu governo o grau de importância que essa política tem para a economia.

A pergunta a ser respondida é: A política isolacionista brasileira é sustentável no longo prazo? Por que não conseguimos atingir altos graus de competitividade mesmo depois da abertura comercial? Por que o nosso processo educacional, mesmo tendo evoluído tanto nos últimos anos não refletiu em um aumento de produtividade, essas duas variáveis se tornaram não correlacionadas? Não há dúvidas que o tema é complexo e está longe de ter alguma solução, tendo isso em mente o objetivo primeiro deste trabalho é buscar maiores evidências sobre o assunto e enriquecer as discussões sobre o tema.

## 2. Revisão bibliográfica

### 2.1. Liberalismo X Protecionismo

*Cada individuo (...) não pretende promover o interesse público, nem sabe o quanto o está promovendo (...) ele pretende apenas sua própria segurança e dirigindo sua atividade de tal maneira que sua produção seja de maior valor, ele pretende apenas seu próprio ganho, e nisto, como em muitos outros casos, é levado por uma mão invisível para promover um fim que não fazia parte de sua intenção.*

(Adam Smith, 1776).

Considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico, se surpreende quem acha que Adam Smith foi defensor do estado mínimo e da classe empresarial, na verdade, liberais mais radicais, que eram em sua maioria agentes econômicos egoístas que Smith tanto criticava, se apossaram de sua analogia para defender a ideia de que seria mais justo se o estado fosse reduzido a um simples garantidor de ordem pública, Adam Smith nunca foi tão ingênuo em pensar dessa forma, ele nunca previu o fim do estado, formulou sim, uma teoria em que o interesse egoísta das pessoas resultaria, no fim, em um bem estar maior para a sociedade.

Antes do pensamento de Smith, o protecionismo era praticado principalmente pelos países europeus mercantilistas, onde os rendimentos industriais eram protegidos em detrimento dos rendimentos agrícolas, prática que foi revogada na França em 1715 pelo ministro Colbert, mas que não evitou uma reação dos Fisiocratas, que influenciaram a *Riqueza das Nações* de Smith e formularam o primeiro conjunto de obras em favor do liberalismo, daí surgiu à máxima “*laissez-faire, laissez-passer*” de Gournay. O que se pode notar é que o protecionismo dessa época era usado de uma maneira distorcida, a balança comercial favorável defendida pelo mercantilismo não tinha como funcionar, essa prática avivava uma parte da economia e matava outra parte tão importante quanto, o fato é que se percebeu que os estados ganhariam mais cooperando mutuamente do que lutando economicamente um contra os outros, doutrina endossada por David Ricardo. Somente com List, em 1841, a prática protecionista foi defendida no que diz respeito às indústrias nascentes.

*As empresas nacionais não se poderiam desenvolver se o mercado já estivesse ocupado por empresas de países estrangeiros economicamente mais avançados. Nessas circunstâncias justificava-se um protecionismo educador, tendo por objetivo proteger temporariamente o mercado nacional para assegurar a consolidação das indústrias nacionais para que a médio prazo pudessem concorrer com sucesso num ambiente de livre concorrência que não se transformasse rapidamente num sistema de sentido único pelo esmagamento das indústrias do território economicamente menos desenvolvido.*

(List, 1841)

Influenciado por Alexander Hamilton e a escola americana, Friedrich List foi o primeiro a teorizar uma defesa das práticas protecionistas para nações que iniciam o processo de industrialização, defendia a ideia de que a indústria nacional deveria ser forte para que não dependesse de outros estados, e que as nações deveriam lutar pelo seu desenvolvimento frente a países já desenvolvidos. Ele criticava principalmente a política do livre comércio Inglês, dizendo que a Inglaterra, nação dominante da época, queria evitar o desenvolvimento e inevitável concorrência dos outros países. Depois de analisar várias experiências nacionais, List destaca quatro processos básicos para o desenvolvimento de um país:

**Primeira Etapa:** Depois de formada a nação, é quando se descobre um bem primário de exportação, e começa a se relacionar com o mercado internacional.

**Segunda Etapa:** Começa-se o processo inicial de substituição das importações, para esse processo se consolidar é necessária a proteção à indústria nascente e o fortalecimento do mercado consumidor interno.

**Terceira Etapa:** A abertura gradativa do mercado, conferindo competitividade a indústria local.

**Quarta Etapa:** A conquista do mercado internacional, controle de rotas comerciais, formação de blocos econômicos e acordos bilaterais.

Outro importante autor que deve ser mencionado é David Ricardo, economista inglês que formulou a teoria das vantagens comparativas. Esta teoria explica que o comércio entre dois países pode ser benéfico mutuamente, mesmo se um deles for mais produtivo que o outro, isso ocorre por meio da especialização da produção em setores onde um país tem alguma vantagem em relação ao outro. O exemplo para esta teoria é o caso entre Inglaterra e Portugal e os produtos tecidos e vinhos, neste caso Ricardo conta

que, mesmo sendo possível que a Inglaterra produza esses dois produtos de forma mais eficiente, é comparativamente vantajoso que ela se especialize no produto em que possui maior retorno relativo, no caso tecidos, enquanto Portugal se especialize na produção de vinhos, e por meio da troca os dois países conseguiriam alcançar uma produção maior do que conseguiriam sozinhos, aumentando o bem estar de ambos.

Essa vantagem é percebida quando se analisa os chamados coeficientes técnicos de trabalho, isto é, quanto de trabalho é necessário para se produzir um bem de consumo. No caso da Inglaterra, ela consegue produzir os dois bens com menos trabalho do que Portugal, contudo, como trabalho não é um insumo infinito ou sem custo, para cada trabalhador produzindo o tecido inglês, significa menos um produzindo o vinho deste país. No final, se a Inglaterra escolher produzir os dois produtos o resultado final será pior, em termos quantitativos, do que se ela escolher produzir o produto que apresenta retorno maior para ela e depois trocar parte desta produção pelo outro produto português.

A crítica desta teoria fala que Ricardo desconsiderou as relações de longo prazo entre os países, de fato, utilizando o próprio exemplo de Ricardo podemos notar que enquanto vinho é um bem supérfluo, tecido não o é, no caso de algum conflito entre esses dois países Portugal sairia mais prejudicado pela interrupção do comércio de um bem essencial, os países então sempre buscariam incentivar setores que consideram estratégicos, mesmo que ineficientemente. Contudo, mesmo sendo criticado, o modelo Ricardiano é um importante ponto de partida da defesa do comércio internacional, ele mostra que por meio do comércio todos os países conseguem alcançar um nível de bem-estar maior do que alcançariam sozinhos. Mais tarde, outras teorias foram sendo desenvolvidas, com destaque para os modelos Heckscher-Ohlin, Fatores Específicos e Gravitação, que são mais complexos e possuem maior poder de previsão, mas que nunca discordam no que se refere à importância do comércio para o melhor bem-estar mundial.

## **2.2. Trabalhos Acadêmicos**

Para a comparação com a Coreia uma ótima fonte de dados foi o artigo do professor Gilmar Masiero: “A economia Coreana: Características Estruturais”, que mostra por meio de análises quantitativas e qualitativas a evolução da economia

Coreana nos últimos 50 anos do século XX. Esse trabalho também faz uma análise da evolução das relações comerciais entre Brasil e Coréia, onde o Brasil viu a gama de produtos importados mudarem muito, de matérias prima básicas para produtos de alto valor agregado do setor de tecnologia, enquanto afundava em seus próprios problemas que impedia seu desenvolvimento. Apesar desse trabalho já datar 15 anos, foi publicado em 2000, enfatiza problemas ainda correntes, e um dos objetivos é atualizar suas tabelas e gráficos para mostrar que a relação não mudou, apesar da desaceleração sofrida por esse país asiático e um bom momento econômico brasileiro.

Ao analisarmos as características do Brasil no comercio mundial, pode-se destacar o trabalho de Marcelo Honório e Maria Piedade Araújo em “Corrente de comercio no Brasil: Rumos e desafios”, que mostra que 28,38% da corrente de comercio brasileira<sup>1</sup> é feita com China e EUA, onde o país exporta quase que em sua totalidade commodities para esses dois países enquanto importa produtos manufaturados, o alto preço das commodities que se registrou no período 2003-2014 ajudou os termos de trocas brasileiros, fazendo com o Brasil se especializasse nesse tipo de produção nos últimos anos. Mas ressaltou que a balança comercial brasileira continua a apresentar saldos negativos e questiona qual seria a vantagem de o país no longo prazo ser apenas o “celeiro do mundo”. Os autores desse trabalho também destacam que entre as dez economias mundiais a menor participação em termos de corrente de comercio é a do Brasil, porém, para analisarmos qualitativamente essa informação é preciso transformá-la no índice de corrente de comercio, pois assim se consegue mostrar a relação entre do volume de comercio de um país com o seu PIB, entretanto, esse índice teria interpretação dúbia que dependeria das características de cada país.

---

<sup>1</sup> A soma das importações e exportações

## **3. Coleta de dados e metodologia**

### **3.1. Definição da fonte de dados**

Os dados numéricos usados para este trabalho virão de três fontes principais, para o caso do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e, para uma visão mais ampla, serão usados dados fornecidos pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Todas essas três fontes são consideradas confiáveis e contém dados atualizados e tratados da maioria das variáveis usadas neste trabalho.

Para melhor entendimento de contextos históricos, este trabalho se concentra nas informações contidas em dois livros: “A Ordem do Progresso”, de Marcelo de Paiva e “Economia Brasileira Contemporânea”, de André Vilela, Fábio Giambiagi e outros. Esses livros foram escolhidos por serem bem completos e fornecerem informações confiáveis de tal forma que sejam comumente escolhidos em trabalhos acadêmicos.

Uma terceira fonte será composta por trabalhos acadêmicos que abordam o tema de forma central ou marginal, o que será procurado nessa fonte são principalmente informações, ideias e opiniões de seus autores. Sempre com todo o cuidado de dar os devidos créditos necessários.

### **3.2. Metodologia**

A base do trabalho é analisar a evolução histórica dos quatro passos para o desenvolvimento proposto por List (destacados nas referências bibliográficas) para cada país.

Primeiramente esse trabalho mostrará brevemente casos opostos, onde a política liberal e a protecionista foram usadas ao limite, caso do Chile e da Albânia. Essa parte do trabalho visa mostrar que tanto políticas liberais quanto protecionistas não podem ser usadas como verdades absolutas e seguidas cegamente. Em um dos casos, o próprio modelo implodiu, no outro, dados sociais mostram que o mercado é incapaz de distribuir a renda de forma perfeita.

Como “grupo de controle”, se fará uma comparação com a evolução histórica da Coreia do Sul, país escolhido por, na década de 80, ter uma economia muito parecida com a do Brasil: Fechada, exportadora de matéria prima e com uma participação no comércio mundial exatamente nos mesmos patamares. Porém, em algum momento, esse país fez escolhas diferentes, e hoje tem uma economia muito diferente da do Brasil, muito mais dinâmica e participativa no cenário internacional. Em um dos capítulos desse tópico abordara o fato da evolução da economia sul coreana segue passos muito parecidos com a formula desenvolvimentista proposta por List.

As dificuldades se darão pelo fato de que, apesar de terem sido inicialmente bem parecidos no âmbito do comércio internacional, os dois países têm características diferentes e não observáveis, com destaque em sua parte cultural, modelo político, posição geográfica, etc.

Para o Brasil, a análise será dividida em quatro partes:

- Contexto Histórico: que abordara as origens colônias e os primeiros produtos de exportação,

- Período 30-85: Período de consolidação da indústria nacional, políticas de substituição das importações e protecionismo.

- A década de 90: Início da abertura de mercado e a deterioração do cenário internacional.

- Uma crise de produtividade: Que mostra como o protecionismo afeta negativamente o crescimento do país.

Essa divisão buscou seguir os quatro passos de List e busca entender como o Brasil fez a transição entre essas partes, o capítulo 1 e 2 englobam, respectivamente, os passos 1 e 2, os passos 3 e 4 são apresentados juntos no terceiro capítulo, enquanto o último capítulo faz uma análise crítica de cenário atual.

## **4. Casos extremos, Chile e Albânia**

### **4.1. A política isolacionista da Albânia**

A Albânia está localizada na costa ocidental da península balcânica, estava na área de influência da União Soviética na década de 50 e teve sua política moldada pelo comunismo desse país, principalmente por influência de Josef Stalin. Em 1961 se distanciou da União Soviética por não concordar com o processo de eliminação do culto da personalidade e do sistema stalinista feito por Nikita Khrushchov, sucessor de Stalin, retirando-se do pacto de Varsóvia em 1968, se aproximando então do comunismo Chinês. Porém, o processo de cooperação com a China não durou muito, em 1978 a Albânia rompia relações também com a China e se isolou do mundo.

O curioso desse processo é que mesmo sendo oficialmente comunista a Albânia nunca quis se aproximar dos seus pares de ideologia, nem se interessou em exercer alguma influência externa. A verdade é que o sistema econômico criado pela Albânia fazia com que o país fosse praticamente autossuficiente. O país tinha grandes fontes de matéria prima em solo nacional, o que alimentava a indústria pesada, assim como pela regulamentação da agricultura de coletivização o país não precisava importar alimentos. Conquistas sociais também foram vistas, o país tinha bons indicadores de saúde, educação, habitação e transporte.

Porém, em 1989 a onda de mudanças que surgiu com o fim da União soviética atingiu o país. Os jovens ansiavam por uma vida que conheciam por sinais de TV captados da Itália e da Grécia, e não aceitavam mais o sistema econômico que restringia os bens de consumo e proporcionava a obsolescência e ineficiência de todo o processo produtivo. Tudo isso agravado por uma prolongada seca, que dificultou a produção de alimentos e o fornecimento de energia. A democratização foi inevitável e começou já em 1990. Desde então o país vem se adaptando ao novo sistema de mercado, se aproximando então da União Europeia.

Se formas analisar pela ótica de List, a Albânia completou parcialmente os dois primeiros passos e ignorou o restante. O país possuía bens para exportar e constituiu uma tênue, mas importante ligação com a União Soviética e depois com a China. Depois, criou-se barreiras às importações e criou-se uma indústria nacional forte, que fornecia a população bens manufaturados. O processo parou por aí, os passos três e quatro nunca se desenvolveram, nunca se teve como objetivo final o aparelhamento com

o mercado internacional e alguma pauta de exportação de manufaturados, a Albânia só desenvolveu a indústrias para suprir sua demanda interna.

Os problemas se fizeram presente como igualmente aconteceu em outras nações comunistas, a falta de competição fez a produção industrial se tornar altamente ineficiente, que, comparada com a opulência do capitalismo, fez com que esse sistema se tornasse insustentável. O interessante destacar é que, diferente de outros países comunistas, a Albânia não usava da força para manter o sistema, existiram episódios violentos é verdade, mas em nada comparado como que se viu na transição dos seus vizinhos do leste europeu. Os índices sociais também eram bons, existia uma elite privilegiada no poder, mas nunca existiu a pobreza extrema que se viu na Rússia pós-abertura, por exemplo. Tudo isso mostra que a abertura comercial só foi necessária pelas próprias consequências perversas causadas pela sua ausência, isso é, ineficiência. O fato é que a Albânia foi um caso de isolacionismo que deu certo por um tempo, o estado e as indústrias nacionais conseguiram prover as necessidades mínimas da população muito melhor do que alguns países capitalistas, só falhou em pensar que isso seria o suficiente para sempre.

## **4.2. O excesso de liberalismo do Chile**

Assim como outros países latinos americanos, o Chile praticava intenso protecionismo junto de um processo de substituição das importações na década de 50, porém, diferente dos resultados esperados, as exportações de produtos manufaturados chilenos não prosperaram, o país continuou mono exportador de seu principal produto, o Cobre. Com isso, a partir do governo ditatorial de Pinochet (1973-1990) se promoveu um intenso processo de liberalização com forte alinhamento com os EUA, se fez isso com uma grande redução das barreiras às importações, tanto tarifarias quanto não tarifarias, como o sistema de quotas. Em cinco anos as tarifas médias de importação passaram de 100% para 10%, fazendo com que o país fosse inundado por produtos importados de os tipos. Como era de se esperar as indústrias nacionais não competitivas deixaram de existir, e a abertura foi tão abrangente que até as mais competitivas mal conseguiram sobreviver. Essa deterioração da indústria nacional foi acompanhada pelo aumento da taxa de desemprego e inevitável aumento da desigualdade social. Mesmo

com todo esse liberalismo o crescimento tanto almejado não apareceu de imediato, até 1984 o crescimento médio Chileno era menor do que seus vizinhos sul americanos. A dívida externa também explodiu para um montante de 17 bilhões de dólares, bem expressivo para a época, e o desemprego chegou a 23,7%. Esse cenário começou a mudar em 1985, quando o país começa a apresentar taxas de crescimento mais expressivas, o que prosseguiu até 1997 numa era chamada de “*La era dorada Del crecimiento*”, quando o país cresceu a uma média de 7,6%, enquanto a taxa de investimento alcançou valores consideráveis, chegando a 32% do PIB em 1998, junto com um crescimento de produtividade na ordem de 50%.

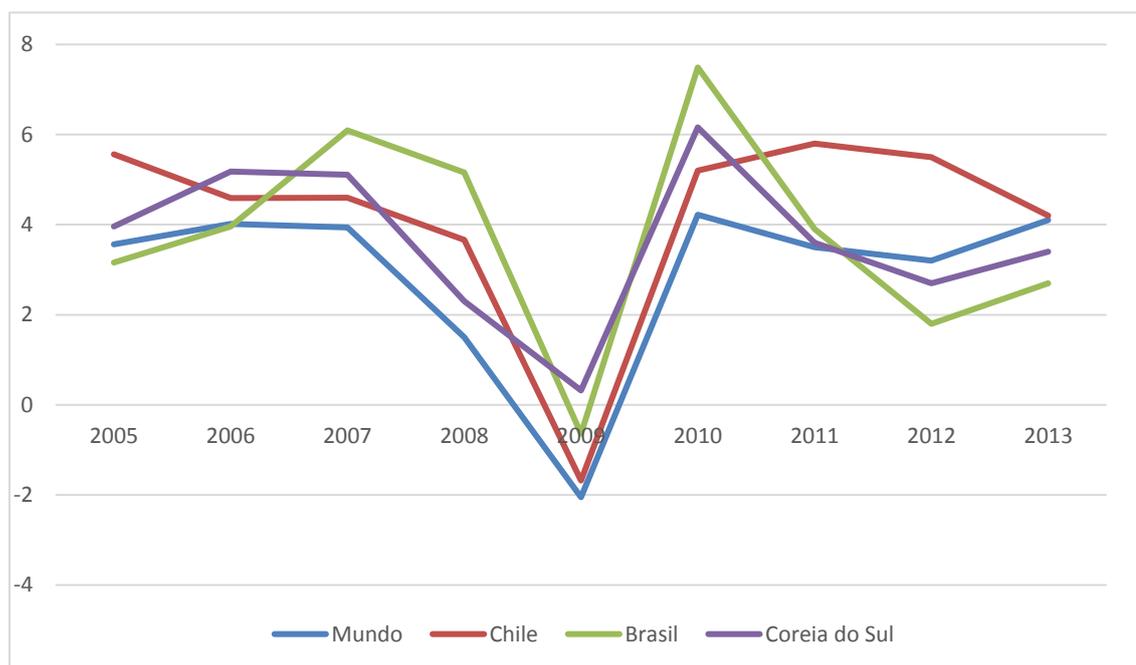
Pelo sistema de List, o Chile completou com perfeição a primeira etapa, as exportações chilenas em minérios foram muito relevantes no período, com grande destaque para o cobre, considerado o produto nacional. A segunda etapa foi iniciada com o aumento das barreiras alfandegárias e com o incentivo ao desenvolvimento das indústrias nacionais, mas essa etapa foi um fracasso, o Chile não conseguiu sustentar uma economia fraca somado a fortes pressões externas, o governo socialista acabou sofrendo um golpe e um governo ditatorial de extrema direita assumiu o poder fortemente alinhado com os EUA. As barreiras comerciais caíram e se promoveu um intenso processo de abertura comercial, e por esse motivo a terceira etapa ocorreu de forma bruta, a maioria dos setores não tinham ainda se desenvolvido o suficiente para aguentar uma competição externa, List propôs uma abertura gradual exatamente porque a indústria demora para internalizar choques, do jeito que o governo chileno fez, a maioria do parque industrial incentivado anteriormente desapareceu.

Surpreendentemente o Chile foi muito bem-sucedido na última etapa, o país tem vários acordos bilaterais firmados com a China, EUA, Japão, Índia e com o resto do mundo em geral, enquanto também possui status de país associado do Mercosul e da comunidade Andina. Recentemente fez parte dos 12 países que assinaram o tratado de livre comércio Transpacífico, que pode se tornar o maior bloco econômico do mundo com uma imensa rede de comércio. Porém, o Chile sempre busca acordos de livre comércio, não tendo interesse em qualquer evolução de integração, o modelo econômico que o Chile criou só se beneficia desse estilo de acordo, podendo se prejudicar se o mundo caminhar para uma integração mais sólida.

Quando o mundo está passando por um bom momento econômico, uma economia aberta como a Chilena é a primeira a apresentar bons resultados, investimentos chegam e se desenvolvem com uma facilidade incrível, assim como um

sistema financeiro moderno traz segurança para investidores. O problema é que ultimamente bons momentos da economia mundial estão cada vez mais intercalados com crises. Pela a economia Chilena ter esse grau de abertura, ela inevitavelmente sofre de uma acentuada vulnerabilidade às oscilações dos mercados, principalmente de choques externos, somado ao fato do país ser altamente dependente de gás e petróleo externos, enquanto não tem produção industrial relevante, faz com que a demanda interna dependa por completo de uma oferta externa. Os impactos das crises externas na economia chilena são devastadores, os investimentos fogem para economias desenvolvidas e muitos produtos ficam mais caros ou desaparecem do mercado. Na crise de 2008 enquanto o mundo amargava uma retração de 2% o Chile regrediu quase no mesmo montante 1,7%, evidenciando uma correlação Mundo-Chile mais forte se comparado a outros países, a recuperação para essa crise também foi mais lenta em um primeiro momento, se recuperou em 2011 e 2012 por uma intervenção do governo, mas desde então se encontrar numa espiral decadente, com a deterioração do déficit público.

**Gráfico 1: Taxa do crescimento do PIB, em % ao ano.**



**Fonte: Dados: Banco Mundial. Tabela produzida pelo autor.**

Com a desaceleração chinesa e com a queda do preço das commodities o Chile vem desacelerando nos últimos anos, de um crescimento de 5,8% pós crise para 1,9% no último ano, e com previsões de recuperação modestas. O motivo da desaceleração seria a diminuição do crescimento do consumo das famílias e a consequente diminuição

dos investimentos em mineração, principal ativo do país, pela previsão cada vez mais real da diminuição das importações chinesas desses produtos.

A vulnerabilidade externa chilena é ainda agravada principalmente pela inexistência de uma indústria nacional capaz de suprir as demandas internas em momentos de fuga de capital. Uma indústria minimamente forte em setores estratégicos é essencial para que o país possa crescer de forma sustentável no longo prazo, isso sem depender de fatores externos. Ainda assim, a economia chilena é considerada a economia mais desenvolvida da América do Sul, sem mecanismos de intervenção social que diminuam as desigualdades, mas com liberdade econômica e ambiente de negócios que não é encontrado em nenhum outro país latino americano.

O modelo de governo liberal ainda neutralizou completamente os organismos sindicais e muitas organizações sociais, fazendo com que em 2013 o país fosse considerado o mais desigual do mundo. A renda dos 5% mais ricos é 78 vezes a renda dos 5% mais pobres no Chile, para se ter uma ideia de comparação, os mais ricos no Brasil têm “somente” uma renda 39 vezes maior do que os mais pobres, segundo o censo de 2010. Outro indicado que evidencia essa desigualdade é o índice de Gini, enquanto o Chileno gira em torno de 0,58 pontos, enquanto o índice brasileiro gira em torno de 0,49 pontos. Ainda hoje 39% da população chilena não conta com nenhum tipo de seguridade social, fato herdado da privatização da previdência feita por Pinochet. O Chile ainda possui um sistema de ensino bastante excludente, as taxas universitárias são as mais altas do mundo depois das americanas, fato que tem ocasionado muita tensão entre governo e estudantes nos últimos anos. Os últimos governos chilenos sempre disseram tentar diminuir essa desigualdade, mas isso inevitavelmente requer uma atuação maior do governo, isso é, aumento de gastos públicos, o que poderia comprometer os já não tão bons indicadores macroeconômicos que o país apresenta, a inflação ficou por volta de 5% em 2014, enquanto a dívida pública atingiu uma proporção de 15% do PIB, o maior resultado dos últimos 10 anos, esses dados podem comprometer a confiabilidade que o Chile conquistou ao longo dos anos, o que torna improvável uma maior intervenção do governo na economia para se conquistar alguma mudança social relevante.

## **5. A Coreia do Sul e sua política desenvolvimentista.**

### **5.1 Contexto Histórico**

Oficialmente conhecida como República da Coreia, a Coreia do Sul é uma unidade nacional nova, se formou em 1948 pela divisão da península Coreana. Foi um território disputado por forças americanas situadas no Sul e forças soviéticas no norte após a segunda guerra mundial, dividindo assim a península em duas, o norte, com maiores recursos naturais e indústrias pesadas, e o Sul, com maiores recursos agrícolas e mão de obra.

O primeiro presidente sul coreano foi Syngman Rhee, eleito na época por uma recém-formada assembleia nacional, em meio a um governo conturbado e com crescentes tensões com a Coreia do Norte esse governo promoveu duas políticas importantes para os rumos do país, a Lei de Reforma Agrária de 1949 e a lei que tornava a educação elementar obrigatória. Depois da guerra entre as Coreias (1950-1953), a Coreia do Sul iniciou sua reconstrução com amplo apoio econômico dos Estados Unidos, uma política de substituição das importações foi implementada e a industrialização ganhou impulso. Em 1960, o presidente Rhee renunciou devido a pressões sociais e as suspeitas de manipulação das eleições, seu substituto foi Chang Myong, mas devido às crescentes instabilidades internas e agitação social os militares realizaram um golpe logo em 1961, pondo um fim a esse curto governo. O general Park Chung Hee assumiu o controle do país por decreto até 1963, quando foi eleito presidente, e foi nesse governo que se promoveu os famosos planos quinquenais, que colocaram a Coreia no rumo do crescimento acelerado.

Em 1979 a Coreia passou por uma grande instabilidade política, o general Park foi assassinado e um grande vácuo de poder se criou, o que abriu as portas para um novo golpe militar, dessa vez pelo general Chun Doo Hwan. Porém, apesar do novo governo, o objetivo de tornar a Coreia um grande país exportador não mudou, os planos quinquenais continuaram e esse governo obteve sucesso em promover o crescimento do país e melhorar as relações externas. Em 1987, devido a crescentes manifestações que queriam a redemocratização do país, o general Chun promoveu reformas democráticas que criou uma nova constituição e marcou uma eleição presidencial direta para o final daquele mesmo ano, a partir de então o país se tornou uma democracia presidencialista.

O objetivo de Syngman Rhee e dos governos seguintes de tornar a Coreia do Sul um grande país exportador se concretizou e hoje a Coreia do Sul é um dos poucos países que conseguiram passar a barreira da pobreza no último século.

## 5.2 Os planos Quinquenais

O primeiro plano quinquenal foi implementado por Park Chung Hee em 1962 e durou até 1966, nele se buscava enrijecer os alicerces industriais do país, investindo na indústria de base, no setor energético e em novas tecnologias. A política comercial adotada buscava aumentar as exportações até o limite, e fez isso por meio de incentivos fiscais. Os objetivos principais do plano eram sustentar um crescimento econômico forte e acabar com a pobreza. O segundo plano começou em 1967 e durou até 1971, o foco desse plano foi a modernização da estrutura industrial do país, fez isso por meio do desenvolvimento da base da indústria pesada e com o incentivo ao aumento de produtividade. Esse plano também buscou alguma estabilização, pois devido ao aumento das exportações e dos gastos do governo, a inflação estava alta, na casa dos 23%, se realizou então uma grande reforma fiscal que diminuiu o peso do governo, tornou os preços estáveis e aumentou as reservas. O terceiro plano começou em 1972 e terminou em 1976, e seu objetivo foi promover um crescimento equilibrado e igualitário, ao mesmo tempo que o governo promovia as indústrias pesadas e químicas também promoveu um movimento chamado Saemaul Undong, que melhorava a qualidade de vida da população rural. O quarto plano começou em 1977 e foi até 1981, buscava desenvolver indústrias estratégicas, como às de alta tecnologia, químicas e pesadas, todas que empregavam mão de obra muito qualificada e que poderiam competir no mercado externo, como resultado essas indústrias atingiram 45% das exportações totais do país.

O quinto plano (1982-1986) foi implementado num período conturbado, no meio político o poder já estava nas mãos de General Chun Doo Hwan e tensões políticas eram constantes, enquanto o meio econômico ia tão mal quanto, as duas crises do petróleo atingiram em cheio a Coreia do Sul, grande dependente de petróleo importado, viu sua dívida externa aumentar muito, enquanto o crescimento avançava lentamente e a inflação atingia níveis alarmantes. O plano então tinha como objetivo melhorar os parâmetros econômicos, principalmente o crescimento, por meio, mais uma vez, das

exportações, fez isso com a reforma de todo o sistema de incentivos, desde a diminuição das próprias taxas de exportação até com a facilitação na importação de insumos importantes para a indústria de bens duráveis. A alta demanda por produtos de alta tecnologia no mercado internacional ajudou muito, a Coreia do Sul já tinha uma malha de indústrias de tecnologia intensiva e de informação bem formada, os planos anteriores garantiram isso, então só foi necessária uma atenção a mais nesse setor para que ele fizesse as exportações deslanchar, e foi isso que aconteceu, já em 1986 o crescimento voltou e o balanço de pagamentos apresentava superávit, o que garantiu a estabilidade dos preços internos.

Em 1987, o sexto plano buscava principalmente a liberalização da economia em prol da eficiência e da competitividade, foi feito então uma intensa desregulamentação por parte do governo, que abriu o mercado financeiro e derrubou as barreiras às importações, seguido do fim ou redução gradual dos subsídios e privatizações, o peso do estado foi sensivelmente diminuído, o que permitiu uma expansão monetária da forma mais saudável. O sétimo plano (1992-1996) foi posto em prática num contexto onde a Coreia do Sul já era considerado um país desenvolvido, aceito como membro da ONU e com acordos de paz firmados com seu vizinho do Norte, o plano então enfatizava a manutenção de uma economia eficiente e saudável, que se preparava para a reunificação. O sétimo plano foi substituído pelo chamado “Novo plano de desenvolvimento social” já em 1993, mas apesar da mudança o objetivo final não mudou, tendo então como objetivo a melhora das condições de vida da população e garantir uma economia livre e empreendedora.

Por motivo de novas tensões políticas a reunificação até hoje não ocorreu, mas deixando a parte política de lado, a Coreia do Sul saiu desse período de planos com uma economia extremamente fortalecida, com um PIB per capita na marca dos 7 mil dólares e com um grau de eficiência só visto em outros países asiáticos, colocando assim o país oficialmente no Hall dos poucos países que se tornaram desenvolvidos no século XX.

### **5.3 Uma evolução que segue o modelo proposto por List**

Logo após sua independência, a Coreia estabeleceu novos laços comerciais com outros países asiáticos e principalmente com os EUA, que apoiava o governo capitalista, esse processo se intensificou após a guerra das coreias e a decisão dos EUA de

fortalecer a economia sul coreana por motivos estratégicos. Com isso a primeira etapa de List é feita logo que o território nacional é consolidado, com grandes áreas cultiváveis e muita mão de obra, o país possuía produtos primários naturais para exportar, alimentos e mais tarde tecidos, o que ainda foi ajudado pelo programa de reforma agrária do governo Rhee, que aumentou a produção. A relação com o mercado internacional se consolidou a medida que os outros países asiáticos foram aceitando a nova condição coreana como unidade nacional, que pela pressão americana não demorou muito. O sistema no campo do país era bem igualitário, as famílias produziam para consumo próprio e comercializavam os excedentes, logo nunca existiu o “grande latifundiário”, como os Coronéis do Café no Brasil. O fato é que essa primeira fase se passou comparativamente bem rápido, era interessante para todos que a economia sul coreana se industrializasse rapidamente, principalmente para fazer frente ao inimigo do Norte.

A segunda etapa então se intensificou logo após a guerra da Coreia, com o governo do General Park e o primeiro plano quinquenal, que buscava estabelecer as primeiras indústrias de base do país. Do primeiro ao quinto plano pode-se notar que o objetivo maior é estabelecer os alicerces da indústria no país, a indústria leve foi fortemente beneficiada no início, mas foi gradativamente sendo substituído pela indústria pesada, em 1953 a indústria pesada representava somente 21,1% da estrutura manufatureira, o que passou para 58,5% já em 1985, na segunda metade do quinto plano. O Coreia do Sul incentivou a industrialização por meio dos investimentos em grupos empresariais que se tornariam de grande porte mais tarde, os Chaebols, uma política que foi ajudada com a promessa americana de compra dos produtos coreanos e a transferência de tecnologia do Japão, o crescimento das cidades no período também ajudou devido à expansão de um pequeno mercado interno, mas que ajudou a suprir a demanda necessária para a época. Nessa fase a Coreia visava exportar sem abandonar políticas protecionistas, com dois fortes aliados, os EUA como principal consumidor e o Japão como supridor de bens de capital.

O sexto plano foi focado na liberalização da economia, e mostra claramente um movimento que inaugura a terceira etapa do sistema de List, a busca pela eficiência. Em 1985, os subsídios foram sendo gradativamente eliminados, as taxas de importações diminuíram, os Chaebol passaram por uma reorganização que diminuiu o monopólio e finalmente o capital estrangeiro pode entrar com força no país. Todo esse processo provocou o aparelhamento das indústrias do país, onde os grandes grupos se

especializaram no setor de alta tecnologia, importando os melhores equipamentos do mundo que incrementassem a produção.

Tudo só foi possível graças a um sistema de ensino altamente eficaz, o analfabetismo que assolava 80% da população em 1945 chegou a praticamente zero na década de 80, as universidades formavam um número cada vez maior de mão de obra especializada, principalmente engenheiros, que a indústria em franco crescimento absorvia facilmente, além disso muitas das próprias empresas possuíam centros de treinamentos próprios, que especializavam trabalhadores de forma que não perdessem seu valor, frente às novas tecnologias.

A última etapa do processo de List foi inaugurada por um movimento denominado Segyehwa, ou o compromisso com a globalização. Nesse momento o país possuía grandes empresas que tinham grande atuação em seus setores e eram referências globais, como Samsung e LG no mercado de tecnologia, principalmente no de microprocessadores, e Kia e Hyundai no automobilístico. A Coreia também entrou na Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) e para a Organização mundial do comércio (OMC), além de ter uma geografia privilegiada, no centro da Ásia e entre dois gigantes econômicos em franca expansão, China e Rússia, o que facilitou acordos bilaterais e ajudou na conquista do mercado internacional.

## 5.4 Um exemplo a ser seguido

O desenvolvimento sul coreano no período se caracteriza bem mais do que uma simples acumulação de capital, a Coreia do Sul investiu no seu povo, praticamente seu único recurso natural, e chegou a década de 90 com uma renda per capita de 7 mil dólares.

**Tabela 1: Contribuição dos fatores Tecnológicos no crescimento Coreano**

|                            | <b>1963-72</b> | <b>1972-82</b> | <b>1982-92</b> | <b>1963-92</b> |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Taxa de crescimento do PIB | 8.22           | 7.09           | 9.49           | 8.26           |
| Trabalho                   | 2.74           | 2.95           | 2.18           | 2.61           |
| Capital                    | 1.14           | 2.02           | 1.93           | 1.71           |
| Méritos de Escala          | 1.52           | 1.51           | 1.81           | 1.65           |
| Tecnologia                 | 1.89           | 0.64           | 0.95           | 1.14           |
| Outros*                    | 0.94           | 0.97           | 1.24           | 1.07           |

Fonte: Hong, Sung Duk. *Analysis of Factor Contribution to Economic Growth. Korean Development Review, Vol. 16, N.3, Korea Development Institute, 1994.*

Mas mesmo com um desenvolvimento admirável e indicadores macroeconômicos bons o país não ficou imune a crises, em 1997 a Tailândia fez uma

política cambial mal orquestrada que culminou na forte desvalorização da sua moeda, o Bath, que contaminou todos os mercados financeiros dos países vizinhos, incluindo a Coreia do Sul. Os investidores tiveram medo de que esse movimento seria o início de uma crise mais grave, como aconteceu com Rússia e Argentina no mesmo período, e correram para tirar seu capital do país. A crise atingiu mais fortemente a Coreia porque o país ainda não tinha um sistema financeiro preparado para fiscalizar os novos instrumentos financeiros e a crescente velocidade do dinheiro que surgiram com a globalização. Outro agravante foi o forte endividamento das empresas coreanas, na ordem de 500%, que colocou em dúvida o quanto elas poderiam resistir se a crise contaminasse a economia, o medo de uma reação em cadeia que quebraria as maiores empresas do país era real e na época provável, mas que acabou não acontecendo.

O país recebeu um aporte de 58 bilhões já em 1998 principalmente do FMI para tentar dar segurança e liquidez ao mercado, e junto da união entre governo e empresários o país caminhou para reformas na área de transparência e responsabilidades, junto de uma redução gradual do endividamento das empresas para um patamar próximo dos 200%, que é bem mais palpável. Os próprios Chaebols fizeram uma reestruturação com participação do governo, de forma que puderam dividir diferentes setores-chaves da economia, aumentando assim a eficiência e melhorando economias de escala. Com essas medidas a economia voltou a crescer com segurança, já em 1999 cresceu 10,89%, pagando em 2001, 19,5 bilhões antecipadamente ao FMI.

Podemos tirar muitos proveitos de todo esse processo sul-coreano, o principal é talvez o fato de ter mostrado ao mundo que um país subdesenvolvido pode entrar no clube dos desenvolvidos por meio de políticas que visavam uma só coisa, o crescimento a longo prazo. É claro que o país teve vários “empurrãozinhos”, principalmente pelo interesse norte-americano no desenvolvimento do país, que não foi nenhuma boa ação caridosa, mas sim buscando mostrar às bonanças do capitalismo contra o “atraso do Norte” em época de guerra fria. Mas não se pode deixar de notar a perspicácia do país, que galgou seu desenvolvimento em uma reestruturação da própria sociedade, e que permitiu que o crescimento atingisse a maior parcela possível da população, fato que é mostrado em como a corrupção é vista como um dos piores crimes do país, onde funcionários públicos e até ex-presidentes são presos e punidos ao menor sinal de desvios ou acordos que não beneficiassem alguém mais do que a própria sociedade.

O processo de industrialização brasileiro e coreano são bem parecidos, os dois países buscaram aproveitar momentos externos favoráveis para acelerar seu crescimento

e sofriam quando esse dinheiro secava, a grande diferença se mostra a partir dos anos 80, quando a economia coreana se mostrou madura o suficiente para superar rapidamente a crise do petróleo que assolou essa década e voltar a crescer, como se destaca na tabela:

**Tabela 2: Desempenho econômico, Brasil e Coréia do Sul**

| <b>Brasil</b>  |                   | <b>Coréia do Sul</b>  |                   |
|--|-------------------|---|-------------------|
| <b>Período</b>   | <b>Taxa Média</b> | <b>Período</b>  | <b>Taxa Média</b> |
| <b>Anual de crescimento do PIB</b>   |                   | <b>Anual de crescimento do PIB</b>  |                   |
| 1950-1962<br>(Inclui o período JK)   | 6,9%              | 1950-62<br>(Período S. Rhee)  | 4,9%              |
| 1963-1967<br>(Crise política e reformas sob o governo do Gen. Castelo Branco)                  | 3,2%              | 1963-1971<br>(1º Arrancada sob o governo do Gen. Park)                                    | 8,8%              |
| 1968-1974<br>(Milagre econômico no auge do regime militar)                                     | 11%               | 1972-1975<br>(1ª Fase da industrialização pesada)   | 8,9%              |
| 1975-1980<br>(II PND, conclusão da base pesada da indústria)                                   | 6,6%              | 1976-1979<br>(2ª fase e conclusão da base pesada, fim da “Era Park”)                      | 10,6%             |
| <b>Taxa média anual do período 1950-1980</b>   | <b>6,5%</b>       | <b>Taxa média anual do período 1950-1979</b>  | <b>6,5%</b>       |
| 1981-1983<br>(Recessão provocada pelo “Choque da crise da dívida)                              | -1,1%             | 1980-1982<br>(Recessão/Estagnação pós Park e crise da dívida)                             | 1,1%              |
| 1984-1989<br>(Crescimento irregular com inflação alta, stop n’ go, pré e pós plano cruzado)    | 4,5%              | 1983-1987<br>(Drive exportador, integração econômica com Japão e upgrade industrial)      | 10,2%             |
| 1990-1993<br>(Recessão decorrente dos planos fracassados, Color I e II com início de abertura) | 1,3%              | 1988-1993<br>(Transição para economia baseada em complexos eletrônicos e automobilístico) | 7,8%              |
| 1994-1998<br>(Estabilização com plano real, juros altos e câmbio valorizado)                   | 3,6%              | 1994-1997<br>(Expansão com abertura financeira e internacionalização dos chaebols)        | 7,5%              |
| 1999-2000<br>(Crise cambial e recuperação precária)  | 1,3%              | 1998-2000<br>(Crise cambial e recuperação promissora)                                     | 2%                |
| <b>Taxa média do período 1981-2000</b>   | <b>1,6%</b>       | <b>Taxa média do período 1981-2000</b>  | <b>5,4%</b>       |

Fonte: Masiero, G. A economia Coreana: Características estruturais, 2000.

**Tabela 3: Desempenho Econômico, Brasil e Coréia do Sul, continuação.**

|  |              |   |             |
|--|--------------|---|-------------|
| 2002-2006<br>(Políticas de austeridade e retomada da confiança)                    | 3,5%         | 2002-2006<br>(Recuperação da crise de 2001 e retomada do crescimento) | 4,1%        |
| 2007-2011<br>(Programa de aceleração do crescimento e maior intervenção do estado) | 4,2%         | 2007-2011<br>(Forte concorrência Chinesa e Crise de 2008)             | 3,41%       |
| <b>Taxa média do período 2002-2011</b>   | <b>3,86%</b> | <b>Taxa média do período 2002-2011</b>                                | <b>3,7%</b> |

**Fonte: Dados do banco Mundial, feito pelo autor.**

Uma atualização da tabela anterior, a tabela 3 mostra o que o novo século reservou para essas duas economias, por um lado o Brasil aproveitou o boom das commodities para bancar seu crescimento, que depois se mostrou insustentável, enquanto a Coréia continua com seu programa forte, mas que agora enfrenta forte concorrência chinesa, que a substituiu como protagonista da região.

## 6. Caso Brasileiro

### 6.1. O bem primário de exportação brasileiro

Diferente do caso Coreano, o estado brasileiro se tornou independente ainda no século 19, com sua proclamação da independência em 1822 e a resultante separação definitiva de Portugal. A pauta de exportação do Brasil nesse período ainda era dominada pelo açúcar, mas que foi substituído pelo café poucos anos depois, em 1950 48% das exportações brasileiras eram desse produto, que perdurou como principal produto de exportação e foi essencial para o sustento tanto do império quanto da república velha, só perdendo força com o advento da I Guerra Mundial e a crise de 1929.

É importante notar que até 1930, e mesmo depois disso, a pauta das exportações brasileiras é dominada completamente por produtos primários, as vantagens comparativas brasileiras para a produção desses produtos são óbvias e inegáveis, e o custo político de se promover uma possível industrialização era alto demais, no sentido que ia contra os interesses da classe dominante da época, a oligarquia rural.

**Tabela 4: Principais produtos de exportação, 1821-1950.**

(Em %, sobre o valor total)

|         | Café   | Açúcar | Algodão | Peles e Couros | Borracha | TOTAL  |
|---------|--------|--------|---------|----------------|----------|--------|
| 1821/30 | 18,63% | 32,21% | 19,96%  | 13,77%         | 0,06%    | 84,63% |
| 1831/40 | 43,78% | 24,02% | 10,98%  | 7,92%          | 0,35%    | 87,05% |
| 1841/50 | 41,29% | 26,74% | 7,47%   | 8,62%          | 0,39%    | 84,51% |
| 1851/60 | 48,78% | 21,18% | 6,21%   | 7,24%          | 2,24%    | 85,65% |
| 1861/70 | 45,25% | 12,04% | 18,37%  | 6,01%          | 3,18%    | 84,85% |
| 1871/80 | 56,44% | 11,87% | 9,51%   | 5,52%          | 5,49%    | 88,83% |
| 1881/90 | 61,70% | 9,96%  | 4,24%   | 3,19%          | 7,69%    | 86,78% |
| 1891/00 | 63,84% | 5,66%  | 2,48%   | 2,48%          | 15,83%   | 90,29% |
| 1901/10 | 51,46% | 1,24%  | 2,12%   | 4,36%          | 27,94%   | 87,12% |
| 1911/20 | 52,40% | 3,19%  | 1,98%   | 6,41%          | 11,44%   | 75,42% |
| 1921/30 | 69,56% | 1,44%  | 2,41%   | 4,62%          | 2,50%    | 80,53% |
| 1931/40 | 50,03% | 0,49%  | 14,28%  | 4,39%          | 1,08%    | 70,27% |
| 1941/50 | 46,11% | 0,78%  | 11,35%  | 3,26%          | 0,97%    | 62,47% |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1952) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Com esses dados é fácil definir o primeiro passo de List. O bem primário de exportação na verdade foram vários, dependendo da época, com grande peso para o café, e foram esses produtos que iniciaram o relacionamento com o mercado internacional, desde a borracha brasileira como um dos produtos que bancaram o fordismo na virada do século, até o café sendo bastante demandado tanto pela Europa quanto pelos EUA, principais mercados consumidores da época. Diferente da economia Coreana, o processo que inicialmente firmou o Brasil como exportador de produtos primários foi mais natural e progressivo, isso aconteceu primeiro por causa da época, no começo do século não era tão fácil investir em industrialização, a tecnologia necessária para se competir era cara e pouco acessível, além dos produtos importados serem baratos, e era comparativamente melhor produzir produtos primários, o país tinha imensas vantagens em produzir esses tipos de produtos, com mão de obra abundante, vastas terras cultiváveis e clima apropriado, enquanto as demandas por mercadorias manufaturadas eram supridas facilmente pelas potências industriais da época.

Outra grande diferença com a economia coreana foi a política de demarcação de terras. Enquanto na Coreia do Sul as terras cultiváveis foram divididas entre a população com o objetivo principal de fortalecer o mercado interno, no Brasil as terras sempre ficaram na posse dos grandes senhores oligárquicos, que começaram seu domínio já na época colonial, com a divisão do Brasil em Sesmarias e depois firmando seus direitos com a lei de terras. Essa característica de produção brasileira foi um dos fatores que fizeram com que essa etapa do desenvolvimento perdurasse tanto, a classe política que se formou, a oligarquia rural, tinham um peso grande nas decisões do governo, enquanto o próprio governo tinha suas receitas comprometidas com os impostos advindos do comércio dos produtos primários, fazendo com que diversas políticas fossem tomadas para salvar esse setor em momentos difíceis, como a política chamada de Convenio de Taubaté, que permitia a compra e destruição da produção excedente de café, com o objetivo de manter os preços altos no mercado internacional.

Mas falar que não existiram indústrias no Brasil até 1930 não é verdade, a indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo teve início ainda no século XIX e era fortemente ligada a economia primário exportadora, essa indústria produzia principalmente máquinas para processar café, transformar a cana em açúcar comercializável, além da construção de moinhos de farinha. Com essas características, sua evolução dependia do quanto bem iam as exportações de produtos primários,

formando um paradoxo onde as primeiras indústrias brasileiras se desenvolviam quando o setor primário crescia. Inicialmente se imaginou que o capital estrangeiro tinha pouco interesse nesse setor, o principal motivo seria porque essas indústrias tinham características artesanais, com equipamentos mais simples e poucos empregados, mas há algumas divergências nessa informação, no trabalho desenvolvido por Lago *et all*, se mostra que algumas indústrias empregavam centenas de operários, fato que por si só à descaracterizava como artesanais, e que inicialmente existiu algum investimento estrangeiro, principalmente no Nordeste e em São Paulo, mas que foi nacionalizado posteriormente.

Somente com a I guerra mundial houve uma quebra na relação de dependência entre indústria e setor agrário, enquanto esse evento diminuiu muito a demanda mundial por produtos não essenciais, o café entrou na lista, que foi o primeiro duro golpe em todo o setor primário em si, ela fortaleceu a indústria, isso porque de um hora para outra muitos produtos manufaturados que eram importados desapareceram do mercado interno, os principais países produtores estavam envolvidos diretamente com a guerra, o que fez com que mesmo os produtos nacionais não competitivos ganhassem força e conseguissem desenvolver o setor no período. O segundo grande golpe no setor primário foi a crise de 1929, que atingiu diretamente o principal comprador do café brasileiro, os EUA, e fez com que o preço desse produto diminuísse no mercado internacional. Esse acontecimento foi de grande relevância para o setor industrial, com a crise do café, muitos cafeicultores começaram a mudar de setor, alavancando a indústria e dando o folego necessário para o seu desenvolvimento posterior. Nesse período o Brasil dominava a oferta de café no mundo, chegando a 84% de participação nesse comércio em 1920, a virada só aconteceu por uma série de fatores internos e externos. Em primeiro lugar temos os subsídios dados desde a virada do século, principalmente a manutenção dos altos preços do produto por meio do Convênio de Taubaté, somado a esse fato, temos a crise do setor açucareiro nos países da América Central, tornando vantajoso para esses produtores a substituição do cultivo da cana pelo cultivo do café. Logo o impacto de longo prazo desse tipo de política que buscava a manutenção dos altos preços do produto só fez com que seu cultivo se espalhasse para outras regiões, causando o declínio gradual da participação brasileira nesse cultivo, que somada a queda da demanda mundial, ajudou a levar ao fim do “ciclo do café” no Brasil.

**Tabela 5: Demanda de café no mundo, oferta de café brasileiro, e participação no comércio mundial (1900-1950).**

| Período | Mundo | Variação (%) | Brasil | Variação (%) | Participação no comércio mundial (%) |
|---------|-------|--------------|--------|--------------|--------------------------------------|
| 1900    | 15100 | -            | 12069  | -            | 80                                   |
| 1910    | 14350 | -5%          | 10653  | -12%         | 74                                   |
| 1920    | 20290 | 41%          | 17116  | 60%          | 84                                   |
| 1930    | 25230 | 24%          | 17652  | 3%           | 70                                   |
| 1940    | 26500 | 5%           | 15797  | -11%         | 60                                   |
| 1950    | 31300 | 18%          | 16754  | 6%           | 54                                   |

Fonte: Dados obtidos no Anuário Estatístico do Brasil (1952) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Pode-se dizer então que o país completou a primeira etapa com sucesso, houve um produto de exportação relevante e por meio dele se começou o relacionamento com o mercado internacional. Porém, esse período acabou mais por choques externos do que por vontade política, e por conta dessa ruptura se pode dizer que ele deixou heranças ruins que mais tarde serão um empecilho para o desenvolvimento, por outro lado, o Brasil entra na década de 30 em franca expansão do seu setor industrial, com políticas que defendiam realmente os interesses desse setor, passando assim para a segunda etapa.

## **6.2. A busca pelo desenvolvimentismo, período 1930-1985.**

A industrialização no Brasil aconteceu de forma gradual, como já foi mencionado existiam indústrias antes desse período, mas que não atendiam ainda a população em geral, o mercado interno, e isso só foi possível em 1930 por causa do apoio de dois setores fortes da sociedade, o agrário e o militar. O setor agrário apoiava a indústria por causa das consecutivas crises da cafeicultura externas e internas, Vargas acabou com uma série de subsídios mais onerosos, fazendo com que a classe oligárquica migrasse para o setor industrial, o que os fizeram mudar de lado. Houve também a questão da segurança nacional, motivo defendido pelos militares que queriam um setor siderúrgico forte, pois já era visível uma clara polarização mundial, principalmente na Europa, que culminaria na II guerra mundial em 1939. O governo então avançou no

fortalecimento da indústria nacional em duas frentes, as políticas de estabilização e nas mudanças institucionais, tornando possível o processo de substituição das importações.

As políticas de estabilização foram ações que o governo central tomou em busca ao enfrentamento da crise de 1929, que incluíam políticas cambiais, fiscais e monetárias, mas que também acabaram beneficiando a indústria nacional. Na política cambial, o governo concedeu o monopólio do câmbio ao Banco do Brasil, que fixou uma taxa desvalorizada, destacado na tabela 6. No campo fiscal, produziu uma política anticíclica, fazendo com que a previsão orçamentaria passasse de superávit para déficit. Enquanto no campo monetário aumentou a oferta de moeda, garantindo o crédito e a liquidez. Além disso, o governo queria acabar de vez com a dependência do país ao café, incentivando a diversificação da agricultura, os resultados dessas políticas já sendo vistos alguns anos depois, o café representava menos que a metade das exportações brasileiras no final da década de 30, tendência que continuou nos períodos posteriores.

**Tabela 6: Resumo da legislação cambial básica**

| Norma             | Ementa  |
|-------------------|---|
| Decreto 20.451/31 | Estabelece regime de monopólio cambial        |
| Decreto 23.258/33 | Institui obrigatoriedade de cobertura cambial |
| Decreto 23.501/33 | Institui o "curso forçado" da moeda nacional  |

Fonte: LAAN, Cesar Rodrigues Van Der; et all. Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930.

As mudanças institucionais foram a criação de leis, códigos, aparelhamento do estado com novos órgãos e redefinição da relação do capital. Se buscava principalmente o fortalecimento do poder central na formulação de políticas econômicas e inevitável enfraquecimento do poder do estado nesse setor, e com isso o federalismo como um todo. Uma reforma tarifária foi feita em 1934 e adotou um caráter moderadamente protecionista, aumentando uma tarifa específica agregada para algo em torno de 15%, que pode parecer pouco, mas somado a um câmbio desvalorizada tornava possível a

proteção à indústria nascente. Houve também a criação da Carteira de Crédito Agrícola e industrial do Banco do Brasil, que possibilitava o financiamento para a criação de novas indústrias e ampliação das existentes, com crédito comparativamente vantajoso, com prazos de até 10 anos e taxas abaixo da média. Como é destacado na segunda etapa de List, para que o processo de substituição das importações tenha sucesso, é necessária a proteção da indústria nascente, o que foi feito com certo sucesso pelas medidas destacadas anteriormente, mas também é necessário o fortalecimento do mercado interno, e este, por outro lado, foi um grande problema.

Na Coreia, o fortalecimento do mercado interno já começou na primeira etapa, as medidas de redistribuição de terras fizeram com que as famílias pudessem constituir um excedente que ia diretamente para o consumo, e mais tarde com o surgimento e expansão das grandes cidades, quando essas massas de trabalhadores foram sendo absorvidos pelas indústrias em franco crescimento. No Brasil, nunca houve algum tipo de reforma agrária, o sistema escravocrata se transformou em um sistema de servidão que pouco melhorou as relações de consumo da população em geral, é verdade que as cidades estavam em franca expansão, mas é bom lembrar que 60% da população brasileira ainda residia no campo, enquanto os 40% que viviam em cidades eram, em sua maioria, marginalizados. Houve dois momentos que a reforma agrária foi possível, o primeiro foi com o enfraquecimento da oligarquia agrária, muitas terras antes dedicadas ao cultivo de café ficaram subutilizadas, e uma política favorável do governo central poderia ter redistribuído uma boa parcela de terras nesse tipo de situação. O outro momento foi na década de 50, quando o governo JK promoveu a construção de Brasília e a mudança de eixo político do litoral para o centro do Brasil, esse movimento tornou possível a ocupação das terras do oeste brasileiro, antes muito pouco exploradas pela distância dos centros urbanos, porém, mais uma vez houve uma ausência de políticas públicas favoráveis, no final essas terras foram majoritariamente ocupadas por quem já possuía recursos para tal, ou seja, os já donos de terras do litoral. Porém, existiram políticas que indiretamente fortaleceram o mercado interno, como o aumento do poder aquisitivo das classes urbanas promovido pela melhora das leis trabalhistas, principalmente no governo Vargas, mas essa melhora só englobou os trabalhadores urbanos, que eram ainda a menor parte da população, mas, mesmo com um efeito pouco abrangente, foi o suficiente para sustentar um consumo mínimo necessário para o desenvolvimento das indústrias nacionais nascentes.

Assim como na Coréia, as primeiras indústrias favorecidas foram as indústrias de base, com destaque para a companhia Siderúrgica Nacional (produção de aço), a companhia do Vale do Rio Doce (exploração de minerais), e a Petrobras (produção de energia), a lógica de investir nesses tipos de indústria é porque elas servem de base para o desenvolvimento de outros ramos industriais, conseguindo multiplicar seus efeitos. Existiram duas grandes diferenças nesse momento do desenvolvimento industrial entre Brasil e Coréia, a primeira é o capital empregado, os dois modelos buscavam um incentivo estatal inicial para depois entrar o capital privado, porém, enquanto o modelo coreano seguiu à risca essa estratégia e deixou o desenvolvimento industrial nas mãos dos Chaebols, que assumiram a maioria dos setores industriais com rigorosa fiscalização governamental, o modelo brasileiro seguiu com grandes empresas estatais por muito tempo, o que dificultou o desenvolvimento natural de outros setores, onde as empresas começaram a se desenvolver sempre sob a tutela do estado, com o poder estatal controlando além das indústrias de base, uma rede de incentivos que poderia determinar a sobrevivência de um determinado setor. A segunda diferença foi o modelo de produção empregado, enquanto a produção coreana buscou atingir o mercado internacional desde o início, o modelo brasileiro buscou abastecer inicialmente as demandas internas, o que não é difícil de entender, pois já nesse período o mercado brasileiro era bem mais expressivo que o coreano. Além disso, pode-se dizer que os investimentos na indústria de base tiveram motivos “estratégicos” em um momento em que se evitava a dependência externa e se buscava um maior nacionalismo.

Outro capital relevante que existia na economia brasileira nesse período foi o internacional, enquanto o modelo coreano fechava a economia para qualquer tipo de investimento estrangeiro, coisa que não mudou até a década de 90, no Brasil, a partir da década de 50, principalmente no governo JK, houve a chamada “internacionalização da economia”, uma política que abriu as portas para as principais multinacionais do mundo, principalmente americanas, oferecendo incentivos cambiais, tarifários e fiscais para se estabelecerem no país. Isso fez com que os setores industriais no Brasil fossem divididas em três tipos quanto a origem do capital empregado, o capital estatal estava alocado em sua maioria nas indústrias de base, de comunicação e energia, formando o monopólio, natural ou não, das gigantes estatais, o capital nacional por sua vez estava investido nas indústrias de bens de consumo não duráveis, como a indústria de alimentos, enquanto o capital estrangeiro estava voltado no desenvolvimento das

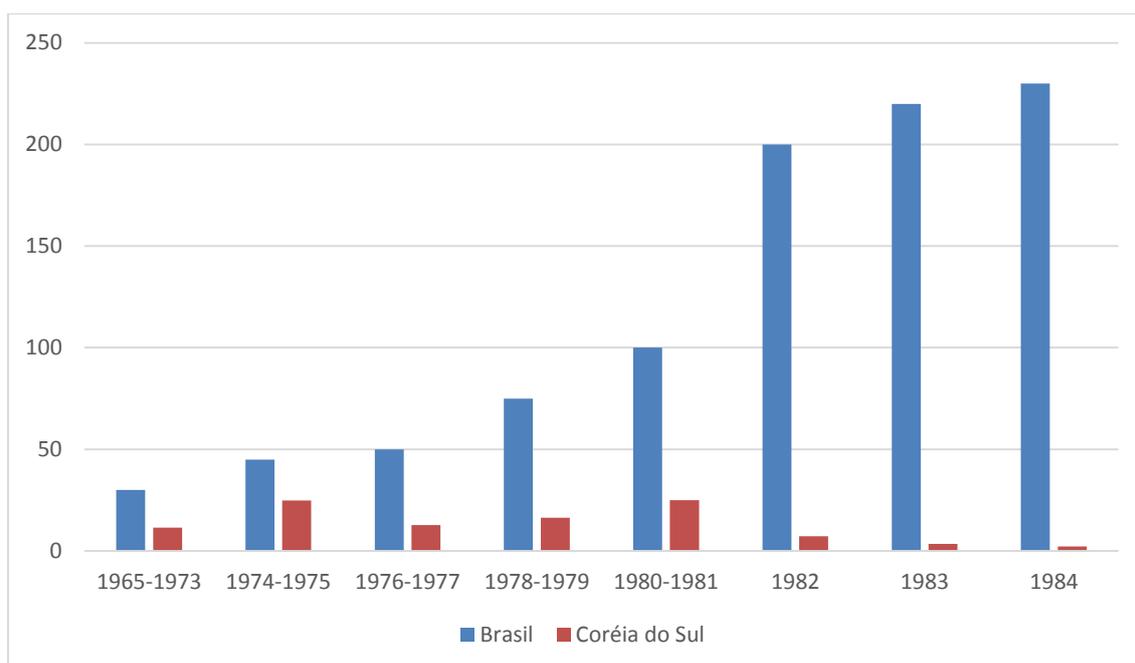
indústrias de bens de consumo duráveis, com um grande destaque para o setor automobilístico.

**Tabela 7: Investimentos estrangeiros líquidos no país: 1947-1964**

| Ano       | Valor em milhões (Média dos anos) |
|-----------|-----------------------------------|
| 1947-1950 | 17                                |
| 1951-1955 | 16                                |
| 1956-1960 | 113                               |
| 1961-1964 | 58                                |

Fonte: BACEN, Boletim do banco central do Brasil, fev. 1972.

Apesar das diferenças estruturais, o crescimento da industrialização nas décadas de 50-60 foi bem parecido tanto no Brasil quanto na Coreia, a indústria de base conseguiu crescer de forma relevante, seguido do consequente crescimento das indústrias pesadas e químicas, com a conclusão do estabelecimento das indústrias pesadas dos dois países na década de 80. O ponto que distinguiu as duas trajetórias foi o peso do estado, o aumento das exportações e dos gastos do governo fizeram com que a inflação subisse nos dois países, alcançando 23% na década de 60 na Coreia e por volta de 30% no Brasil no mesmo período, mas a opção dos governos foi totalmente oposta. Enquanto na Coreia se promoveu um plano de estabilização, onde se realizou uma grande reforma fiscal, principalmente por meio da valorização cambial, que diminuiu o peso do governo, controlou a inflação e aumentou as reservas, mas também fez muitos produtos coreanos perderem competitividade no mercado internacional, o que obrigou o país a investir em produtividade e em setores que tinham vantagens estratégicas, como o de tecnologia. No Brasil, o governo militar buscou o desenvolvimento galgado na intervenção estatal, que com apoio do capital estrangeiro foi possível investir e aumentar a produção de produtos de base, como aço, ferro-gusa, cimento e petróleo, que resultou em um crescimento superior a 10% em um período conhecido como “Milagre Brasileiro”, mas que teve consequências terríveis principalmente na inflação, cada vez mais alta e no endividamento interno.

**Gráfico 2: Taxas de inflação por período, Brasil e Coréia do Sul. (1965-1984).**

**Fonte: Banco Mundial**

O peso do plano de estabilização coreano e os dois choques do petróleo que assolaram a segunda metade da década de 70 fizeram com que um crescimento de em média 10,6% ao ano no fim da era Park passasse para 1,1% ao ano, mas graças a essas medidas de contingenciamento a inflação foi controlada em pouco tempo e o crescimento voltou a patamares elevados já na década de 80, alcançando o nível de 10% já em 1987. Por outro lado, governo brasileiro sentiu esses dois choques externos de forma mais forte, o que transformou um crescimento médio de 6,6% nos anos de 1975 e 1980, em uma recessão com crescimento negativo de em média 1% nos anos seguintes, ainda existindo o problema da crise dívida e a inflação em patamares surreais, a falta de planejamento e precaução fez o Brasil considerar a década de 80 como a “década perdida”, sendo um período lembrado pela estagflação, com um crescimento baixo e inflação alta.

A segunda etapa de List, que começou com os dois países em patamares bem parecidos termina de forma muito diferente, enquanto a economia coreana se recuperou das crises e despontou para a abertura gradativa do mercado no seu sexto plano quinquenal em 1987, o Brasil continuava com um problema sério de inflação e uma mentalidade ainda muito protecionista, promovendo somente uma abertura parcial no começo da década de 90. Mesmo com fortes argumentos que o país nunca conseguiu superar a segunda etapa de forma eficiente, estando até hoje no processo de substituição

das importações, a abertura comercial da década de 90 deu ao Brasil um choque de competitividade nas indústrias nacionais, que fez as menos preparadas morrerem no caminho, e obrigou as mais preparadas a investir em um novo nível de produção e qualidade.

### 6.3. O Neoliberalismo da década de 90

No fim dos anos 80 o Brasil estava mergulhado na estagnação econômica, com índices inflacionários beirando a hiperinflação e com um histórico de uma série de planos econômicos que não tiveram sucesso. Em um contexto como esse, não foi difícil que ideias neoliberais ganhassem terreno e se desenvolvessem no país, discussões como o papel do estado na economia e sua verdadeira eficácia em trazer o desenvolvimento dominaram as discussões políticas e econômicas da época. Tomando posse em 1990 o governo Collor prometia mudanças radicais no país, mas enquanto seus planos econômicos foram totalmente ineficientes em trazer de volta o crescimento ou conter a inflação, as ideias liberais contidas neles abriram as portas do mercado brasileiro para os produtos estrangeiros. O efeito foi imediato em duas frentes, as empresas nacionais menos eficientes fecharam as portas ou foram vendidas ao capital externo, enquanto as mais eficientes foram obrigadas a investir em produtividade e eficiência.

**Tabela 8: Evolução das tarifas de importação no Brasil (1988-1995)**

|              | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Tarifa média | 51,3 | 37,4 | 32,2 | 25,3 | 21,2 | 11,2 | 13,9 | 11,9 |

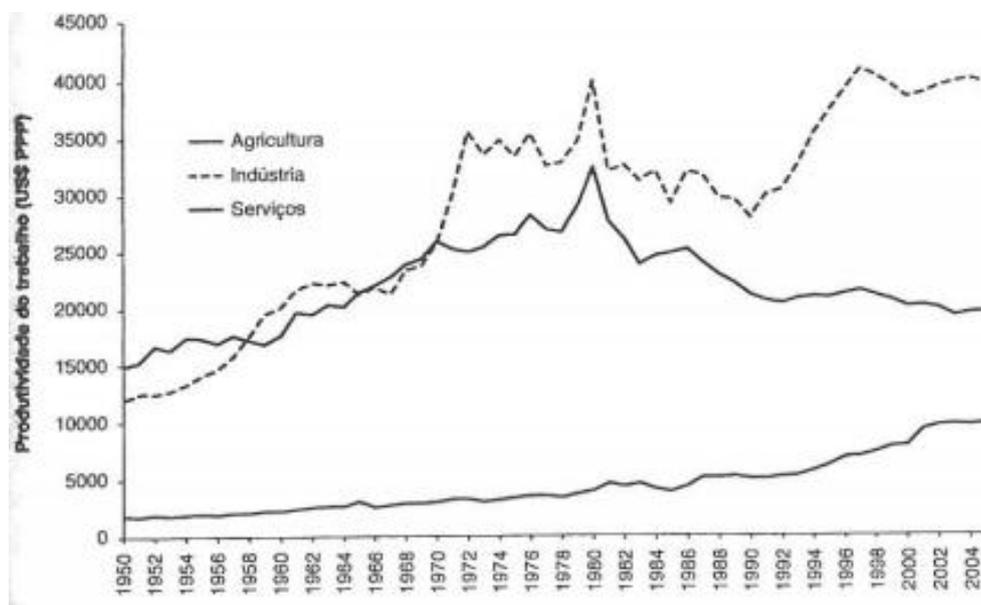
Fonte: Banco Mundial

O problema do déficit público estava mascarado por um processo inflacionário crescente, o governo apresentava superávits regulares enquanto a balança de pagamentos era bancada pela inflação, uma das poucas tentativas da diminuição do peso do estado se deu quando o Programa Nacional de Desestatização (PND) ganhou corpo. O processo de privatizações foi marcado por duas fases, uma no período 1982-1989 pela

tentativa de salvamento das contas do BNDES, foram eliminadas nessa fase 38 empresas de pequeno e médio porte que gerou uma receita de US\$736,3 milhões. A segunda fase do programa começou em 1990 e vai até 1993, englobando todo o governo Collor e o começo do governo Itamar, nessa fase várias empresas dos setores de base foram vendidas, principalmente nos setores de siderurgia, petroquímico e fertilizantes, enquanto restrições constitucionais impediam a venda de monopólios naturais, como a petrolífera, telecomunicações e energia elétrica. É improvável que o governo buscasse algum ganho de produtividade ou logística com as privatizações, mesmo com empresas relevantes sendo leiloadas, o fato da maioria delas estar em situação difícil evidencia que esse programa buscou, em princípio, se livrar de empresas que davam prejuízos constantes ao estado.

No curto prazo, as privatizações e abertura comercial levou a economia a uma breve recessão, muitas empresas fecharam as portas por não terem como competir com os produtos estrangeiros, o que fez a taxa de desemprego aumentar. Porém, os efeitos positivos não tardaram a aparecer, depois de ficar estagnado em níveis muito ruins na década de 80, a produtividade das empresas nacionais deu um salto nessa época, e o principal motivo foi a competição externa e liberalização da economia. A terceira etapa do processo desenvolvimentista proposto por List foi avançando durante a década de 90, com o fim da inflação com o sucesso do plano Real o país voltou a apresentar confiança em um crescimento sustentável, mesmo com juros altos e câmbio valorizado a economia ganhou um breve impulso e o otimismo voltou a dominar o cenário político depois do traumático processo de impeachment. Mas as coisas começam a desandar ainda no final da década de 90 e começo do novo século, principalmente pela inevitável desvalorização cambial e sucessivas crise internacionais: Ásia (1997), Rússia (1998), Argentina (2001) e Americana (2000, 2008).

**Gráfico 3: Evolução da produtividade setorial (Brasil, 1950-2005)**



Fonte: Timmer e De Vries (2009)

O câmbio mantido valorizado após o plano real levou a acumulação de problemas estruturais nas contas brasileiras, houve a piora nas condições da balança comercial e enfraquecimento da indústria nacional, o Real forte fez com que os produtos nacionais se tornassem caros no exterior, enquanto os produtos importados se tornam relativamente mais baratos para o mercado interno, a onda de consumo de importados se tornou febre entre a população nesse período, a abertura comercial feita anos antes piorou a situação brasileira, que começou a sofrer um processo conhecido como “desindustrialização”. Para manter esse câmbio valorizado foi necessário injetar alguns bilhões de dólares na economia, processo que aumentou a dívida externa de um montante de US\$120 bilhões em 1994 para US\$250 bilhões em 2000. As crises do final do século só pioraram a situação do país, a crise Asiática provocou a fuga de capital em massa de países periféricos, sendo um Brasil um deles, fazendo com que os juros altos não atraíssem mais capital internacional com o mesmo entusiasmo, enquanto isso a crise Russa e posteriormente a da Argentina diminuiu a oferta de crédito externo vindo do exterior, tornando insustentável a manutenção do câmbio valorizado.

No curto prazo, a desvalorização teve um resultado devastador nos balanços das empresas brasileiras quando viram suas dívidas indexadas ao dólar crescerem rapidamente em reais, enquanto o setor importador amargava grandes perdas, a inflação também saltou para 20% em 1999 o que assustou a população que temia a volta do

processo inflacionário, o governo FHC que era sustentado pelo discurso de estabilidade econômica sofreu com duras críticas. Entretanto o reaquecimento foi muito mais rápido do que se esperava, a desvalorização aumentou as receitas dos setores produtivos exportadores brasileiros, tanto os setores agrário, extrativista e industrial tiveram resultados positivos no período, o que fez com que já nos anos 2000-2001 o crescimento do PIB fosse, comparativamente a década anterior, bastante elevado.

Pela geografia do Brasil e por sua importância na América Latina, começar a quarta etapa do processo de List não foi difícil, se relacionar comercialmente com o Brasil é bastante fácil, o mercado consumidor brasileiro é um dos mais atrativos do mundo, enquanto o seu imenso território e conexão com o Atlântico faz com que uma grande variedade de rotas comerciais e parcerias se tornem vantajosas, o que foi diferente da Coreia, que só começou a se relacionar ativamente no exterior quando seus produtos passaram a ser competitivos. O Mercosul é o grande exemplo para a quarta etapa de List, formado em 1991, é um bloco econômico formado também por Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, enquanto Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru, Guiana e Suriname são países associados, que tem como objetivo principal incentivar as relações comerciais e econômicas entre os países, tendo relativo sucesso nesse processo. Outro grande parceiro econômico do Brasil é a China, as relações comerciais com os chineses cresceram tanto na última década, principalmente o setor de commodities, que se for considerar a China como o motor do mundo, o Brasil seria um importante combustível. O Brasil é o maior exportador de soja para a China, que compõe a base de alimentação chinesa, além do minério de ferro, que é a base da dinâmica indústria de base chinesa.

## **6.4. Uma crise de produtividade**

Uma das características principais no processo desenvolvimentista coreano e que foi pouco explorado até agora foi o investimento em educação. Desde 1950, com o primeiro governo do país unificado, uma política tão importante quanto a reforma agrária foi a ideia de educação universal obrigatória, o nível médio dos anos de estudo da população coreana aumentava dois anos a cada década, quando o país alcançou o grau de 100% de alfabetização de alfabetização, na década de 80, os anos médio de estudos era de 8 anos. Enquanto no Brasil, a educação era muito ruim na década de 80, nesse período a média de anos de estudo da população era de 3 anos, as coisas mudaram

a partir logo depois e o Brasil conseguiu atingir um crescimento parecido com o coreano, evoluindo em 2 anos a sua média a cada década, alcançando a média de 8 anos de estudo em 2010, mas o país nunca se recuperou desses anos perdidos. Além disso, a forma como essa educação se refletiu em produtividade foi muito diferente nos dois países, enquanto a produtividade coreana dobrou de 1965 e 1985 e dobrou novamente entre 1985 e 2005, alcançando a faixa de US\$43 mil por trabalhador em 2010, a produtividade brasileira somente teve relativo avanço entre 1965 e 1985 com a transferência da maioria dos trabalhadores do setor agrícola para o setor de serviço e industrial, e estabilizando depois disso em níveis próximos à US\$20 mil por trabalhador, mas após isso, houve uma incomoda estabilização da produtividade média.

**Gráfico 4: Evolução da produtividade, Brasil-Coréia**



Fonte: Barro e Lee (2010); OECD Stat; Timmer et al. (2014).

Muitos autores se perguntam se a educação brasileira seria então improdutiva e argumentam que a educação é sim positivamente correlacionada à produtividade e isso só não aconteceu devido aos demais fatores que afetam esse termo.

A abertura comercial então poderia ser considerada como um desses fatores que impedem o avanço da produtividade? É possível que sim. O grau de abertura brasileiro melhorou a partir dos anos 90, mas não se completou, pode-se dizer até que até regressiu na última década, o fato é que o setor mais produtivo de qualquer economia é o industrial, mas ele representa somente 19% do emprego setorial no Brasil, patamar que se mantém desde 1950. A grande migração aconteceu entre os trabalhadores do setor agrícola e o de serviços, em 1950 o setor agrícola representava mais de 60% do

emprego setorial, enquanto o setor de serviços representava 20%. Em 1978 os dois setores já empregavam, cada um, 40% da população. Em 2004 os patamares de 1950 se inverteram, enquanto o setor agrícola emprega cerca de 16% do total, o setor de serviço chega ao patamar de 64%. A diminuição de importância do setor agrícola é normal se analisarmos a industrialização e o surgimento das megalópoles nos países desenvolvidos, o setor agrícola tem baixa produtividade e tende a se esvaziar com o progresso técnico do campo e fim da agricultura familiar e transferência para as cidades. Mas a pouca importância do setor industrial do caso brasileiro é de se espantar, um nível abaixo dos 20% e domínio do setor de serviços na economia só é normalmente alcançado depois de um período mais ou menos longo com foco industrial, coisa que só é visto em países que já passaram pelo processo de industrialização.

Uma teoria é que, com a aceleração da industrialização na década de 50, as oportunidades de se trabalhar nesse setor aumentaram muito mais do que nos outros setores, o que garantiu muitos empregos, e para ocupar essas posições não era necessário um alto grau de instrução, pois as primeiras indústrias brasileiras eram indústrias de base, setor conhecido por seu pouco “grau tecnológico”. Mais tarde houve a entrada de multinacionais no Brasil e o crescimento das indústrias pesadas, o que aumentou bastante o grau de instrução necessário, com desenvolvimento e investimento em cursos profissionalizantes, que se popularizaram, fazendo então, a produtividade aumentar. Porém, até a década de 80, o governo pouco fez para incentivar o maior grau tecnológico nas indústrias brasileiras, o capital privado também não demonstrou interesse, e isso foi sentido logo depois, porque foi quando a educação brasileira melhorou, a nova geração, mais educada e produtiva, não encontrou as mesmas oportunidades no setor industrial, não havia ocorrido ainda a abertura da década seguinte e as indústrias pouco fizeram para se desenvolver e serem capazes de absorver essa nova massa de trabalhadores, o que fez com que os jovens se voltassem para o setor de serviço, que já vinha ganhando importância com o desenvolvimento das grandes cidades.

A abertura comercial dos anos 90 também não mudaram o cenário desolador do setor industrial do Brasil. As indústrias em uma economia mais aberta e globalizada tendem a investir mais em progresso técnico e a se modernizarem, e isso realmente aconteceu no caso brasileiro, mas as indústrias que conseguiram sobreviver aos produtos estrangeiros, foram, necessariamente, indústrias de setores que tem um grau de empregabilidade limitado, pois não conseguem absorver uma população altamente

capacitada. O que levou as pessoas mais educadas e produtivas novamente a buscarem oportunidades no setor de serviço, menos produtivo, mas que prometia melhores ganhos. A indústria então, ao invés de ser um setor que cria e movimenta a economia, gerando aumento de produtividade através de inovações tecnológicas, acabou se acomodando, em setores onde a abertura econômica é maior, vale mais a pena importar de países com alta produtividade e por isso baixo custo de produção, como China, Índia e Coréia do Sul, um produto quase pronto, do que investir em tecnologia para criar esses produtos internamente, voltando lógica da década de 20, onde o Brasil se acomodou no setor que tinha aparentemente melhores vantagens.

## 7. Conclusão

O trabalho buscou mostrar os pontos onde o processo de industrialização brasileiro falhou, e evidenciar que o protecionismo imposto a outros países não ajuda a parte da economia que normalmente se beneficiaria com isso, a indústria brasileira tem pouca importância tanto como componente do PIB quanto na absorção de mão de obra. Vale lembrar que o Brasil é uma das economias mais fechadas do mundo de acordo com qualquer métrica usada, o Brasil é o país mais fechado da América Latina que se diz capitalista, o que retira a Venezuela, é mais fechado do que seus parceiros do BRICs, China, Índia, Rússia e África do Sul. Esse protecionismo, além de verdadeiramente ineficiente, afasta do país importantes investimentos nacionais ou estrangeiros, há vasta literatura que constata a relação direta entre investimento e abertura comercial, onde os países mais abertos recebem maior nível de investimentos diretos, e esse investimento acaba se transformando no longo prazo em emprego, produtividade e conseqüentemente em aumento da atividade econômica, tudo que o protecionismo buscou produzir, mas que nunca conseguiu entregar.

A Coreia do Sul foi usada como contra exemplo não porque seja um país perfeito, longe disso, mas porque conseguiu se transformar de um país pobre e com poucas perspectivas na década de 50 em uma potência tecnológica em menos de 50 anos, e conseguiram isso investindo no único recurso natural que tinham a disposição e abundância, o próprio povo. O caso de o Brasil ter uma riqueza natural maior também não parece também ter uma correlação negativa, o chamado “reverso da fortuna”, o país é forte nos setores agrícolas, mas eles representam uma pequena parcela da economia como um todo. A discussão que faz Acemoglu no seu trabalho “*Institution as the fundamental, causa of long-run growth*” parece ser real, ele mostra que os problemas de crescimento dos países de hoje podem ser resumidos como a falta de boas instituições. Os países que conseguiram se desenvolver no século XX, que foram bem poucos, conseguiram isso por um misto de boa administração de recursos, investimento em capital humano e nos seus setores produtivos, mas isso só foi possível com boas instituições, que defendam o desenvolvimento, tanto do país quanto do seu povo, que tinham um objetivo em mente, no caso da Coreia, ser um grande país exportador, coisa que conseguiram, no caso do Brasil, parece que os contentamos em ser o celeiro do mundo.

## 8. Referências Bibliográficas:

SMITH, A. **An Inquiry Into The Nature And Causes Of The Wealth Of Nations**, 1011 pp, 1776.

LIST, F. **The National System of Political Economy**, pp. 243-246, 1841.

HOLLANDA FILHO, S. B. **Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições**. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 33-75, 1998.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

MORAES, R. C. **Processos de desenvolvimento na América Latina e no leste da Ásia: notas sobre promessas e dificuldades da perspectiva comparada**. Unicamp. São Paulo, 2009.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Caderno Dívida Externa n. 6. 2ª ed. São Paulo: PEDEX, 1994.

REGO, J.M. **Economia brasileira**, Saraiva, São Paulo, 2000.

MASIERO, G. **A Economia Coreana: Características Estruturais**, Rio de Janeiro, 2000.

AHN, C. Y.; KIM, Joo-Hoon. **The Outward-Looking Trade Policy and The Industrial Development of South Korea**. In CHA, Dong-Se et al. (ed) *The Korean Economy 1945-1995: Performance and Vision for the 21st Century*. Seoul: Korea Development Institute, 1995.

LEE, S. **Brasil e Coréia do Sul: aspectos político-econômicos do relacionamento bilateral**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1995.

LAGO, L. A. C.; *et alii*. **A indústria brasileira de bens de capital: Origens, situação recente e perspectivas**. 1ª ed., Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 1979.

HONÓRIO, M.; ARAÚJO, M. P. **Corrente de comércio do Brasil: Rumos de desafios.** *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, Paraná, v.13, n.25, 2014.

LAAN, C. R. Van Der; CUNHA, A. M.; FONSECA, P. C. D.; **Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930.** *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 597-614, Dec. 2012 .

LOUREIRO, F. P. **Desenvolvimentismo às avessas: o processo de desindustrialização brasileiro sob a égide neoliberal (1990-1999).** *Revista de Economia Política e História Econômica*, 08, julho, p. 33-62, 2007.

ROBINSON, J. A; ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; **“Growth,” Handbook of Economic Growth**, 1A: 386-472. 2005.

NASSIF, L. **Os Cabeças-de-planilha.** Ediouro, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Anuários estatísticos do Brasil. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=720>

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Secretaria do Comércio Exterior (SECEX): **Balança comercial brasileira: mensal.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Radar comercial: Análises de mercados e produtos.** Disponível em: <http://www.radarcomercial.mdic.gov.br>

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet – ALICEweb.** Disponível em: <http://aliceweb2.mdic.gov.br>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Secretaria do Comércio Exterior (SECEX): **Sistema harmonização.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>